



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Fazenda

Subsecretaria de Estado de Receita

## **NOTA TÉCNICA**

### **1. DO OBJETIVO DA NOTA TÉCNICA**

A presente nota técnica foi elaborada por esta AFE-15 em resposta ao Ofício CPI 192/2021 e tem por objetivo apresentar estimativa da ordem de grandeza dos valores de receitas extraordinárias que podem vir a ingressar nos cofres públicos estaduais até o final do ano de 2030.

### **2. DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A CPI instaurada pela ALERJ através da Resolução nº 372/2021 obteve muitas informações importantes não somente das empresas do setor de exploração de petróleo e gás (E&P) que atuam no Estado do Rio de Janeiro como de órgãos e associações das três esferas da Federação, dentre os quais podemos destacar a ANP, PG-18, AFE-15, MPE e OMPETRO. Teve acesso, inclusive, a relatórios de auditoria do TCU.

Embora uma parte das informações obtidas seja sigilosa, smj, não consideramos que o conteúdo da presente Nota Técnica esteja prejudicado. Em verdade, consideramos que os elementos apresentados sejam suficientes.

### **3. DAS ENTRADAS EXTRAORDINÁRIAS DE ICMS**

Embora o escopo do presente trabalho sejam as receitas extraordinárias de ICMS e de RNT oriundas das empresas que atuam no setor de E&P, serão também trazidas propostas que, caso implementadas, certamente corroborarão para o ingresso de receitas extraordinárias de ICMS de todas as demais empresas fluminenses.

Oportuno destacar que os AFRE que elaboraram a presente Nota Técnica participaram ativamente, desde 2015 até a presente data, do esforço para garantir o ingresso de receitas extraordinárias de ICMS das empresas de E&P de petróleo e gás natural como pode ser observado na figura 1 abaixo, extraída de slide que fez parte de uma apresentação feita para o Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.

## INGRESSO TOTAL DE RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

De 2015 até hoje, os trabalhos de fiscalização de ICMS da AFE-04 resultaram no ingresso de receitas extraordinárias superior a **4,1 Bilhões** (autos de infração e denuncia espontâneas pagas).



Figura 1 – Ingresso total mínimo de receitas extraordinárias de 2015 até a presente data.

Os valores de 4,1 bilhões recebidos além de terem ingressado nos cofres públicos via DARJ tem documentação em processos diversos. Como é sabido, uma grande empresa de E&P afirmou expressamente que desembolsou valor superior a 3,2 bilhões de reais a título de recursos extraordinários desde 2018 até hoje, ou seja, é de grande repercussão essa arrecadação extraordinária.

De acordo com as informações que foram disponibilizadas durante os trabalhos da CPI da ALERJ, o estoque atual de dívidas das empresas de E&P referente a créditos constituídos de ICMS é superior a 21 bilhões de reais (cerca de 9 bilhões ainda na esfera administrativa e outros 12 bilhões de reais em dívida ativa). O quadro 1 abaixo, que foi construído partir de relatórios do Sistema AIC da Secretaria de Fazenda, apresenta os valores anuais totais de autos de infração aplicados a empresas que atuam no segmento de E&P de janeiro de 2015 a outubro de 2020.

### VALORES TOTAIS DOS AUTOS DE INFRAÇÃO POR ANO

ANO	VALOR (R\$)
2015	795.093.337,55
2016	535.739.942,85
2017	606.379.954,76
2018	3.353.229.293,37
2019	828.902.253,44
2020	686.673.804,84
<b>Total Geral</b>	<b>6.806.018.586,81</b>



Quadro 1 - Valores anuais totais de autos de infração aplicados a empresas que atuam no segmento de E&P durante os anos de 2015 a 2020 (out de 2020)

Oportuno destacar que, tendo em vista a repetição de condutas irregulares praticadas pelas empresas de E&P, que foram consignadas nos autos de infração que resultaram nestes valores constituídos exibidos no quadro 1 acima, é bastante provável que valores futuros sejam constituídos a partir das mesmas infrações.

Entretanto, é inegável que as autuações acabam resultando numa mudança positiva de comportamento com o consequente aumento de arrecadação.

Podemos fazer uma estimativa conservadora dos valores futuros resultantes da correção do comportamento dos contribuintes dividindo-se o total geral do quadro 1 acima por seis (nº de anos). Assim,

chegamos ao valor médio anual bruto, que dividido por 1,6 (considerando-se uma multa de 60%) e novamente dividido por 0,8 (para concentrar os autos nas empresas de E&P) resulta em um valor anual médio de 500 milhões de reais, que reflete o valor anual de imposto (principal) que pode ser constituído nos anos posteriores, ou, em outras palavras, ao ingresso de receitas extraordinárias futuras que as empresas passariam a recolher supondo todas as demais variáveis constantes.

Nesse sentido, numa postura ainda mais conservadora, podemos considerar que apenas um percentual 50% desse valor anual médio de 500 milhões de reais resultaria em pagamento voluntário de ICMS, chegando ao valor de R\$ 250 milhões por ano.

Então, é razoável afirmar que:

1. Como o ingresso de receitas diretas dos autos de infração e denúncias espontâneas dos últimos sete anos alcançou o montante de 4,1 bilhões de reais, podemos estimar que nos próximos nove anos este valor poderá chegar a 5,27 bilhões de reais;
2. O ingresso de receitas decorrentes de mudanças de comportamento em virtude de reconhecimento de teses constantes nos autos de infração nos próximos nove anos (nove vezes R\$ 250 milhões) resulta no montante de 2,25 bilhões de reais;

Desse modo, parece-nos plenamente possível que o valor de receitas extraordinárias até o final de 2030 seja de cerca de 7,5 bilhões de reais.

Para demonstrar que esse valor é uma estimativa válida, basta tomar por base um único contribuinte, que asseverou que de 2018 até hoje recolheu 3,2 bilhões de reais entre denúncias espontâneas e adesões a REFIS. Supondo um cenário semelhante ao atual a partir de uma regra de três simples para chegarmos a nove anos, obtemos o valor de R\$ 7,2 bilhões de reais, que corresponderia apenas ao valor que seria espontaneamente recolhido em virtude de infrações, sem considerar os ingressos possíveis após mudança de comportamento.

#### 4. DAS RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS DE ROYALTIES E DE PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS (RNT)

Em reunião realizada em 19/04/2021, o então Secretário de fazenda fez uma apresentação na qual apresentou aos integrantes da CPI e estimativa de que as perdas decorrentes de royalties e participações especiais não pagos ao Estado do Rio de Janeiro chegaria a até 9,8 bilhões de reais. A figura 2 abaixo reproduz um slide retirado da apresentação do então Senhor Secretário de Fazenda no qual foi apresentada a estimativa.



Figura 2 – Estimativa de perdas de receitas de royalties e participações especiais nos

**últimos 10 anos.**

Por estas informações, cerca de 980 milhões de reais em receitas extraordinárias de RNT poderiam ingressar nos cofres fluminenses por ano, alcançando num prazo de nove anos o valor de 8,82 bilhões de reais.


A proxy informada para as RNT traz uma métrica observada para as empresas de E&P com o ICMS, em que, basicamente, um sétimo do valor espontaneamente recolhido poderia também ser recolhido como receita extraordinária. Assim, num período de dez anos em que os depósitos para o RJ de participações especiais e royalties alcançaram cerca de 70 bilhões de reais, teríamos cerca de 10 bilhões de reais (9,8 bilhões informado no slide acima) que poderiam retornar de forma extraordinária com a recuperação das perdas.

Antes desta AFE-15 tecer suas considerações quanto aos possíveis valores passíveis de ingressar nos cofres fluminenses como receitas extraordinárias e receitas ordinárias decorrentes de mudança de comportamento, reproduzimos a figura 3 abaixo, que corresponde a outro slide extraído da citada apresentação feita ao Conselho de Contribuintes.

**CENÁRIO VISLUMBRADO NAS RNT**

- Em 02/2017, AFE-04 inicia fiscalizações de RNT;
- Em 08/2019, as fiscalizações RNT passam para a AFE-15;
- A decadência das RNT é de dez anos;
- 70 Bilhões foram repassados ao RJ (PE e Royalties, dez anos);
- PRA MEDITAR

Num ambiente de muita fiscalização, com decadência quinquenal, auditando uma receita ordinária da ordem de grandeza 35% das RNT, a AFE-04 retornou 4,1 bilhões em ICMS, quanto seria possível haver de retorno para o Rio de Janeiro nas fiscalizações de RNT?

 GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
LARGO TÁURUS S. 220

**Figura 3 – Cenário vislumbrado nas RNT a partir da fiscalização pela SEFAZ.**

A priori, a curto prazo, tem-se a possibilitar de se recuperar para o Estado do Rio de Janeiro receitas extraordinárias oriundas de deduções indevidas da ordem de 1,8 bilhões de reais entre royalties e participações especiais (fonte PGE/PG-18). Este valor seria obtido a partir de 4,473 bilhões de reais no processo judicial 0167592-12.2014.4.02.5101 (campos de Tartaruga Verde-Tartaruga Mestiça) e de 634 milhões de reais referentes ao processo judicial 0002716-69.2016.4.02.5101, resultando no total de 5,107 bilhões de reais, sendo que desse valor 50% pertencem à União, 40% ao Estado e 10% aos municípios produtores. Somente com estas teses, além dos cerca de dois bilhões de reais devidos ao Estado do Rio de Janeiro, com base em dados atuais, estimamos que cerca de 100 milhões de reais por trimestre seriam pagos ao Estado em razão da mudança de conduta dos concessionários (supondo conservadoramente uma redução de dez milhões de reais no trimestre de ano em ano por quedas de rendimento de produção (4 x (100+90+80+70+60+50+40+30+20) = 2,16 bilhões de reais)).

Merece especial atenção o fato de que pelas oitivas realizadas nas reuniões da CPI da ALERJ ficou patente a ineficiência da ANP tanto nas fiscalizações de deduções de Participações Especiais quanto na edição de suas normas.

Recentemente, em sessão realizada no dia 29/09/21, o órgão pleno do TCU aprovou relatório da auditoria que teve como objeto averiguar a eficiência dos regimes de exploração e produção de petróleo e gás natural a partir da análise dos principais componentes fiscais. Por este relatório, o TCU constatou que a fiscalização da ANP é precária, mas também que as normas editadas por esta agência favorecem a imprecisão das informações e abatimentos indevidos do pagamento das participações especiais, em prejuízo tanto da União, como de Estados e Municípios. O acórdão nº 2300/2021 é resultado da citada decisão.

Esta informação foi trazida no intuito de traçar um paralelo com o quadro existente para o



ICMS, com a fiscalização pela AFE-04., pois em virtude do ambiente de ineficiência fiscalizatória pela ANP, provavelmente o percentual de retorno de 1/7 de receitas extraordinárias e ordinárias advindos de mudança de comportamento por contribuintes do ICMS será inferior com relação aquele que será observado para as RNT a partir da fiscalização pela AFE-15.

Outro ponto a destacar foi manifestação da ANP no âmbito da CPI da ALERJ, que, visando aumentar o seu quadro técnico, solicitou autorização para realizar concurso público para selecionar auditores que garantam um quantitativo mínimo suficiente para realizar suas auditorias e demais trabalhos de uma forma mais eficiente.

Destacamos que há muitas outras ineficiências apontadas no relatório de auditoria do TCU supracitado, que precisam ser imediatamente atacadas para que União, os Estados e os Municípios contemplados nas distribuições de Royalties e de Participações Especiais não sejam prejudicados.

Pelas informações a que a AFE-15 teve acesso até o presente momento, o montante de deduções das participações especiais nos últimos dez anos corresponderia a 510 bilhões de reais. Se adotarmos um percentual de 20% para as deduções indevidas, que seria bem inferior ao percentual de aproveitamento indevido de créditos de ICMS pelas empresas de E&P, que é de no mínimo 30% do total de créditos de ICMS, e com uma alíquota efetiva média da ordem de 15% (a alíquota efetiva ponderada hoje se encontra na ordem 31,7%) e com o percentual de 40% de titularidade do Estado do Rio de Janeiro), chegaríamos a um valor de cerca de 6,12 bilhões de reais devidos ao Rio de Janeiro nos últimos dez anos. Adicionalmente, cerca de 5,5 bilhões de reais que passariam a ser devidos ao Rio de Janeiro nos próximos nove anos devido a mudança de comportamento das empresas.

Outro ponto que merece especial atenção é o precário monitoramento/controle efetivo da Administração Tributária sobre as operações fiscais realizadas pelas empresas de E&P provocados muitas vezes por condutas das empresas.

Em virtude de irregularidades verificadas nas fiscalizações de ICMS, que em grande parte estão retratadas nos relatórios dos Grupos de Trabalhos das Portarias SSER 164 e 165 de 2018, conforme processo E-04/037/12/2019, que resultou na cassação do TTE através do processo E-04/037/6/2019, a SEFAZ vem implementando normas que compõem o chamado novo marco legal para aperfeiçoar os controles das empresas de E&P. É o caso, por exemplo, da nova legislação de cadastro da Resolução SEFAZ nº 230 27/05/2021.

Estas informações foram apresentadas para alertar para o fato de que tanto os volumes atuais de petróleo e gás natural extraídos pelas empresas de E&P como os valores de petróleo e gás natural que são considerados para o cálculo das receitas de royalties e de participações especiais podem estar subinformados em virtude de todas as ineficiências apontadas nesta nota técnica.

Com o novo marco legal em vigor, será possível perseguir receitas extraordinárias oriundas das operações de saídas dos campos de produção tanto para o ICMS como para RNT.

Nos últimos dez anos, o total de receitas brutas de produção de petróleo e gás natural informado pelas empresas de E&P seria da ordem de 1,039 trilhões de reais, somente para os campos cuja produção resultou no pagamento de PE de 2011 a 2020. Essa medição pode conter erros, registre-se a existência de autos de infração lavrados pela ANP sobre este mesmo assunto. De forma muito conservadora, estimamos possível obter o valor de 1,12 bilhões de reais a mais para os próximos nove anos em virtude correção nos lançamentos e quantidades conforme explicaremos a seguir.

Partindo das seguintes premissas:

1. Que nenhum dos valores que deixaram de ser pagos nos últimos dez anos pudessem ser cobrados e de que as empresas também não estariam dispostas a recolher espontaneamente os valores passados não pagos, mas somente a corrigir seus comportamentos, e
2. Se considerarmos que estas receitas dos campos pagadores de PE correspondam apenas à metade das receitas brutas de produção dos demais campos produtores (não pagadores de PE)

Seria possível obter cerca de 1,12 bilhões de reais a mais para os próximos nove anos em virtude de correções nos lançamentos dos valores e das quantidades. Para chegar a esse valor, precisamos esclarecer que foi adotado uma margem de erro da ordem de 1% sobre os valores que deixaram de ser informados ou que foram informados a menor, e se adotamos a mesma alíquota efetiva média de 0,15 e o percentual de 40% que é de titularidade do Estado do RJ. (R\$ 1,035 trilhões divididos por dez anos, chegamos a R\$ 135 bilhões os quais multiplicados por dois alcançam R\$ 207 bilhões que multiplicados por 0,01 por 0,15 por 0,4 x nove anos alcança R\$ 1,12 bilhões)

Lembramos também que a CPI manifestou interesse em criar uma taxa de fiscalização para verificar dados de produção, possibilitando, inclusive, a realização de diligências *in loco*, que atualmente são autodeclarados pelas empresas de E&P sem grandes confirmações em auditorias operacionais pela ANP.

Oportuno mencionar que tramitam na SEFAZ dois processos eletrônicos abertos com o objetivo de obter diferentes níveis de dados e informações das empresas de E&P {SEI-040083/001052/2021 (diferenças de precisão nos medidores fiscais) e SEI 040440/000005/2020 (diferenças entre os valores e quantidades informados e os constantes nos sistemas patrimoniais)}. Visando demonstrar que este valor de R\$ 1,12 bilhões até 2030 é bem conservador, um estudo particular constante do SEI 040083/001052/2021 informa que verificada a mesma ordem de grandeza de 1% sobre os volumes de produção de petróleo e gás natural, este estudo aponta a possibilidade de estar sendo suprimido dos cofres dos entes um valor anual superior a 3 bilhões de reais.

## **5. DA CONSOLIDAÇÃO**

Por todo o exposto, é plenamente possível que ao Estado do Rio de Janeiro as empresas de E&P paguem valor superior a 7,5 bilhões de reais até 2030 no âmbito do ICMS. Como 75% do total de ICMS arrecadado fica com o Estado e 25% com os municípios, a Receita Líquida extraordinária de ICMS para o Rio de Janeiro seria de R\$ 5,625 bilhões de reais e de 1,875 bilhões de reais para os municípios fluminenses.

Quanto às RNT, vislumbramos que:

- Se as questões judiciais envolvendo os campos de Lula e Tartaruga verde forem sanadas, cerca de 3,96 bilhões de reais poderiam ser recuperados nos próximos nove anos;
- As questões relacionadas a deduções indevidas de participações especiais podem resultar na recuperação de, no mínimo, cerca de 11,62 bilhões de reais aos cofres fluminenses até final de 2030;
- As questões relacionadas irregularidades relativas a volumes brutos de produção de petróleo e gás natural podem resultar, no mínimo, na recuperação de cerca de 1,12 bilhões de reais nos próximos nove anos.

Desse modo, as receitas líquidas extraordinárias de RNT para o Estado do Rio de Janeiro até o final de 2030 seriam de 16,70 bilhões de reais. Lembrando que, se o Rio de Janeiro fica com 0,4 do total pago, a União e os municípios fluminenses, que ficam com os 0,6 restantes, terão uma receita líquida extraordinária de 25,05 bilhões de reais (20,875 bilhões de reais para a União e 4,175 bilhões de reais para os municípios).

Portanto, até o final de 2030, somando as receitas líquidas de ICMS de R\$ 5,625 bilhões de reais com os 16,70 de reais de bilhões de receitas de royalties e de participações especiais, alcançamos o total de 22,325 bilhões de reais que podem ingressar nos cofres fluminenses, que resulta no ingresso anual de cerca de R\$ 2,48 bilhões de reais.

## **6. DAS CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS**

Embora os auditores fiscais que confeccionaram esta nota técnica considerem plenamente atingível a ordem de grandeza dos valores de receitas extraordinárias informadas, consideramos prudente destacar os seguintes pontos e depois sugestões que se implementados em nossa visão irão garantir o recebimento dessas receitas:

- Para garantir o ingresso de receitas extraordinárias de ICMS oriundas de empresas de outros segmentos, seria extremamente prudente ser implementada de forma rotineira e massiva o CIRA-RJ (Decreto 45.550/2016) e os respectivos grupos operacionais, dotando estes últimos de instrumentos eficazes para recuperação de ativos, e garantindo a existência de grupos operacionais específicos para todas as repartições fiscais especializadas e no mínimo um para todas as regionais. Registra-se que no âmbito da CPI da ALERJ foram feitos ofícios pedindo informações sobre a continuidade destes.
- Reforçando o consignado no item 28 da resposta ao Ofício CPI nº 121, manifestamos necessidade de criação do CIRA-RNT (grupo operacional do CIRA tendo como membros Auditores Fiscais e integrantes da PGE, do TCE e

do MPE). A este respeito, foi aberto o processo SEI 140001/049952/2021.

- Visando garantir o ingresso de receitas extraordinárias de ICMS de todos os contribuintes seria adequado massificar no âmbito da SUFIS a técnica de replicação de autos de infração com teses bem-sucedidas. Tal medida, além de melhorar a qualidade dos autos de infração, ajudaria na atuação dos grupos operacionais do CIRA, no monitoramento da atuação das repartições fiscais, na sedimentação da jurisprudência pelas instâncias superiores, na cobrança judicial pela PGE e na comunicação de crimes contra a ordem tributária. A este respeito, foi aberto o processo E-04/037/12/2019.
- Reforçamos a necessidade de implementação do maior número de ações possíveis para garantir o ingresso de receitas para o Estado do Rio de Janeiro, especialmente no âmbito da SEFAZ, da PGE e da ALERJ, registradas pela AFE-15 em resposta ao ofício 121 da CPI. Acreditamos que o relatório final da ALERJ traga uma série de apontamentos e proposições para possibilitar e garantir o ingresso futuro de receitas extraordinárias de RNT e de ICMS.

No próximo tópico, apresentamos as sugestões da AFE-15.

## **7. SUGESTÕES DA AFE-15**

1. Avaliação quanto à legalidade de todos os tipos de deduções permitidas pela Resolução ANP nº 12/2014 frente a Lei nº 9.478/1997, evitando a ampliação ilegal, em sede regulatória, do rol de deduções da participação especial permitidas por esta Lei, de maneira análoga à concessão ilegal de um benefício fiscal.
2. Mesmo partindo do pressuposto que a Resolução ANP nº 12/2014 é aderente à Lei nº 9.478/1997, consideramos que esta Resolução autorizou as concessionárias a abaterem, da receita bruta de produção, a maior parte dos gastos afundados, de maneira que, quando comparados campos com e sem PE, temos um tratamento privilegiado aos concessionários que exploram os primeiros, que não são estimulados a combater suas ineficiências, pois foram inseridos mecanismos na Resolução ANP nº 12/2014 que lhes possibilitam "calibrar" o quanto estariam propensas a pagar de PE.
3. Criação de instrumento legal que deixe claro que todas as concessionárias integrantes do consórcio devam atender às intimações da AFE-15 ou, na impossibilidade desta, legislação que estabeleça multa mais elevada para descumprimento de obrigação acessória.
4. Instrumento legal que deixe claro a legitimidade da AFE-15 quando da descon sideração de valores abatidos como deduções de PE referentes a quaisquer gastos, inclusive impostos de competência de outros entes, para que as fiscalizadas não possam alegar incompetência da AFE-15.
5. Instrumento legal, provavelmente federal, que deixe claro que os valores de multa, acréscimos moratórios e demais juros, quando recolhidos por concessionários para a ANP devam ser repassados aos demais entes federados na proporção do que ocorre com o principal, seja royalties seja PE.
6. Instrumento legal específico ou parecer vinculante que trate com precisão sobre a prescrição e a decadência de crédito originado de receita patrimonial de titularidade do Estado do Rio de Janeiro, ou seja, de forma bem clara.
7. Instrumento legal que preveja elevada multa para a saída de mercadoria acobertada por nota fiscal que não faça menção expressa da respectiva nota fiscal de entrada da mercadoria que transitou pelo estabelecimento.
8. Na ocorrência do item 7, quando sob fiscalização, a empresa deverá demonstrar a referência por mercadoria. Na insuficiência desta demonstração, a SEFAZ poderá constituir a obrigação principal utilizando-se do método PEPS ou ainda outro, considerando, para tanto, dados da própria empresa.
9. Acompanhamento da aderência das empresas quanto ao novo marco legal de

inscrições estaduais e obrigações acessórias das empresas em blocos ou campos (a SEFAZ busca obter informações declaradas em notas fiscais e em EFD por empresa e por campo de exploração);

10. Previsão de sanção administrativa mais forte para o não cumprimento do previsto nas legislações do novo marco legal.
11. Obrigatoriedade de apresentação do “bloco K” (registro do arquivo digital em EFD correspondente ao Livro de Registro e de Controle de Produção e de Estoque, por operador e por concessionária) do campo de produção.
12. Emissão de notas fiscais contemplando gás natural e petróleo, que sejam reinjetados, consumidos, queimados e/ou perdidos por campo de produção e por plataforma;
13. Obrigatoriedade de emissão de NFe para a aquisição originária de gás natural e de petróleo por todos os contribuintes de E&P e pela PPSA. Entende-se por aquisição originária a extração do petróleo e gás natural diretamente do poço e a entrega
14. Legislação com previsão expressa de que, não sendo operação constitucionalmente prevista, qualquer operação interna com saída não tributada resulta no estorno dos respectivos créditos anteriores tomados na entrada, estando entre estas as operações com suspensão de imposto.
15. Legislação que expresse a obrigatoriedade das empresas de apresentar todas as informações e documentos (independente da data de emissão do documento) que amparem o valor lançado como dedução sob pena de serem exigidos quaisquer valores não demonstrados por arbitramento. RECOMENDA-SE QUE O DOCUMENTO UTILIZADO PARA ABATIMENTO DEVA ESTAR DISPONÍVEL PARA A FISCALIZAÇÃO PELO PRAZO DECADENCIAL DE 10 ANOS, CONTADO DA DATA DE ENVIO DO DAPE EM QUE OCORRER A DEDUÇÃO (INCLUSIVE NA RETIFICAÇÃO).
16. Legislação que somente permita adesão ao REPETRO mediante obrigatoriedade de as empresas renunciarem a litígios judiciais que repercutam negativamente nos cofres fluminenses, seja pelo ICMS seja pelas RNT;
17. Legislação que obriguem as empresas que aderirem ao REPETRO a não realizarem deduções de participações especiais com impostos pagos no âmbito do REPETRO;
18. Registra-se a existência de dois campos pagadores de Participação Especial cujos valores não estão sendo recebidos integralmente pelo Estado do Rio de Janeiro em virtude de depósitos judiciais. Segundo informações da ANP, atualizadas até o final de 2020, o Campo de Tupy tem R\$ 3.225.067.471,07 acumulados e o Campo de Tartaruga Verde tem R\$ 470.206.033,62, totalizando R\$ 3.695.273.504,69. Aplicando 0,40 chega-se ao valor de R\$ 1.478.109.401,88 pertencente ao Rio de Janeiro (há notícia de que parte deste valor já tenha sido utilizada pelo Estado do Rio de Janeiro). Em nosso entendimento, o Estado do Rio de Janeiro tem sido lesado pois, até o presente momento, não foi demonstrada prova cabal que ampare o entendimento das empresas. Ainda que não se possa mudar a situação jurídica em tela, qual seja a manutenção dos depósitos, estes não deveriam estar sendo depositados nos cofres do judiciário fluminense.
19. Atualmente, a legislação da ANP permite que os gastos dedutíveis relacionados a PD&I lançados no item 3.5 do DAPE sejam feitos à base de 1% sobre a receita bruta anual de produção (concedido como espécie de crédito presumido). Somente no período de 2015 a 2020 foram deduzidos cerca de 6 bilhões de reais da PE e aplicados em projetos de PD&I desenvolvidos por centros de pesquisa e universidades de todo o país. Para os próximos dez anos, estima-se que o valor destinado a PD&I seja de cerca de 7 bilhões de reais (referente aos campos fluminenses). Nesse sentido foi proposto através do SEI-040440/000009/2021 que tais investimentos sejam aplicados em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação desenvolvidos obrigatoriamente por universidades estaduais fluminenses



com o objetivo de ajudar a promover e aquecer a economia carioca, por exemplo, do mercado do gás do Rio de Janeiro.

20. Ainda sobre os gastos dedutíveis de PD&I mencionados anteriormente, é preciso que a legislação estabeleça que o gasto seja apropriado somente ao campo petrolífero pagador de PE em que se deu o gasto resultante da dedução.
21. Seria prudente incluir as seguintes obrigações acessórias:
  - Obrigatoriedade de apresentação pelos concessionários à SEFAZ, anualmente, de relatório com a relação de investimentos realizados em PD&I, instituições responsáveis, temas das pesquisas e estudos desenvolvidos e prazos.
  - Obrigatoriedade de apresentação de relatório da empresa, assinado por representante da empresa, detalhando cada projeto e sua aplicação e o campo petrolífero em que está sendo apropriado o gasto.
  - Obrigatoriedade de apresentação de relatório pela instituição, assinado por gerente/pesquisador/responsável pela pesquisa, detalhando como foi utilizado o dinheiro, além de detalhes técnicos das pesquisas.
22. Legislação de transação (reforçamos o conteúdo da apresentação da AFE-15, no dia 05/07/2021, feita em resposta ao Ofício CPI nº 63/2021, momento em que fora exposta nova proposta de transação resolutive de litígios tributários para grandes devedores da fazenda pública).
23. Legislação que incentive a utilização do gás natural extraído dos campos fluminenses (reforçamos o conteúdo da apresentação da AFE-15, no dia 05/07/2021, feita em resposta ao Ofício CPI nº 63/2021, em que fora exposta nova proposta de Arrecadação com Produção de Gás Natural).
24. Celebração de acordo de cooperação com as empresas concessionárias de modo a permitir o acesso pelos Auditores da SEFAZ aos sistemas computacionais internos das respectivas empresas como o SAP (conforme SEI-04-0440/000005/2020, aberto pela AFE 15). Vislumbra-se possibilidade de verificação de todas as informações e documentos em sistemas utilizadas para abatimento de participações especiais, divergências entre os medidores fiscais e patrimoniais, valores reais dos produtos de saídas, saídas e entradas desacompanhadas de documentos fiscais e ou fornecimentos de mercadorias a terceiros sem pagamentos.
25. Alteração do regimento interno da SEFAZ para contemplar as competências da AFE-15 (SEI-040440/000048/2021);
26. Criação de Grupo Operacional do CIRA para receitas não tributárias, com a participação da AFE-15, da PG-18 e do TCE, com reuniões realizadas mensalmente.
27. Legislação fluminense sobre medidas cautelares fiscais, na semelhança da lei federal nº 8.397/1992.
28. Atualização da lei nº 5.139/2007 para prever os seguintes pontos:
  - Progressividade no valor da multa aplicada no caso de descumprimento no atendimento de intimação, de acordo com o número de não atendimentos;
  - Embaraço à ação fiscal (sugere-se três intimações, com mudança no valor da multa, conforme tópico acima, sansão administrativa correspondente);
  - Previsão de espécie de “constituição subsidiária” dos créditos de RNT de obrigação principal, quando a ANP não prosseguir com a cobrança;
  - Estabelecimento da JRF como primeira instância julgadora;
  - Autos de infração de obrigações acessórias de RNT serem equiparados aos autos de ICMS para efeitos de emissão de certidão de regularidade fiscal pela SEFAZ quanto às empresas de E&P.
  - Dívida ativa oriunda de autos de infração de obrigações acessórias de RNT ser equiparada à dívida ativa dos autos de ICMS para efeitos de emissão de certidão de regularidade fiscal pela PGE quanto às empresas de E&P.
  - Disposição expressa, semelhante ao disposto no artigo 55 da lei 2657/96, para que o

prazo mínimo para atendimento a intimações que exijam informação sobre os lançamentos de dedução seja de 15 dias úteis. A empresa poderá requerer dilação do prazo para cumprimento até três dias antes do vencimento do prazo, contudo a prorrogação não poderá ser superior a trinta dias corridos, contados da ciência da intimação original. O requerimento deverá ser devidamente motivado e caberá ao Auditor Fiscal responsável pela ação fiscal realizar análise sobre o requerimento fundamentando sua decisão.

29. Contratação de Consultoria Interdisciplinar e/ou utilização da Assessoria Técnica da ALERJ. A AFE-15 manifestou esta posição através do SEI-140001/007386/2021.
30. Legislação sobre taxa de fiscalização:
  - Além das informações já prestadas pela AFE-15, dentro da composição de valores desta taxa, seria prudente a contratação de serviço terceirizado para aferição e levantamento das divergências das quantidades de petróleo e gás natural auferidos nos medidores fiscais.
  - Seria prudente prever que o ingresso das receitas desta taxa fosse aplicado no FAF, mas com destinação específica para a manutenção e aprimoramento da fiscalização de receitas não tributárias pela AFE-15;
31. Além da contratação de serviço terceirizado para aferição e levantamento das divergências das quantidades de petróleo e gás natural auferidos nos medidores fiscais, seria prudente criar legislação respaldando a competência do Estado do Rio de Janeiro, através do órgão público de pesos e medidas, para realizar a calibração dos medidores fiscais.
32. Criação em lei do instituto da reincidência em infrações do ICMS, de modo a prever a majoração da multa quando uma mesma infração for cometida novamente pelo mesmo contribuinte. Esta situação seria caracterizada com a publicação em DOE da decisão definitiva sobre a infração original o que faria com que infrações idênticas cometidas após a data da publicação caracterizassem a reincidência, com majoração da multa e impossibilidade de inclusão dos autos de infração em REFIS.
33. Articular com os Deputados Federais e Senadores fluminenses para que apresentem projeto de lei federal que preveja crimes e respectivas penas nos casos de sonegação de receitas oriundas de royalties e participações especiais, em situações semelhantes às da Lei federal nº 8.137/90, que dispõe sobre os crimes contra a ordem tributária. Tais casos, caso seja aprovada a lei, ensejarão comunicação ao MPE.
34. Verificar a possibilidade de tornar obrigatório que o DAPE e o BMP sejam assinados digitalmente e com hash code, atribuindo-se responsabilidade pessoal a preposto da empresa pelos dados apresentados, de modo semelhante ao que ocorre com o contador, com relação à EFD ICMS-IPÍ.
35. Legislação que contemple a definição do Tratamento Tributário Especial bem como do trâmite administrativo a ser dado ao mesmo (conforme E-04/037/117/2017, anexado ao SEI-040440/000037/2020);
36. Legislação com definições precisas diferenciando o contribuinte considerado “inadimplente fraudulento” e o “devedor contumaz” bem como as respectivas sanções administrativas para cada caso. (E-04/037/716/2017, PL 2775/2017 e PL 3577/2021);
37. Estabelecer uma solução que não traga prejuízos ao Estado e quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI 4.917, onde o Estado do Rio de Janeiro vem tentando junto ao STF. Vislumbramos que, talvez, possa concomitantemente ser confeccionada legislação federal sobre o tema.
38. Consideramos que as decisões das ADI 4606 e 6233 possibilitam entendimento que lei federal possa disciplinar que os recursos de RNT sejam recolhidos e arrecadados diretamente pelos entes, ou que, tal como ocorre com o SIMPLES NACIONAL, os valores caiam diretamente nos cofres dos entes, sem a necessidade de repasses da União para os Estados e Municípios);

39. Tornar obrigatória a apresentação, pela empresa líder do consórcio à SEFAZ, de documento contendo a memória de cálculo dos royalties recolhidos, detalhada por campo de produção e por competência. Inicialmente este documento seria apresentado em meio físico, até que, futuramente, possa ser enviado aos bancos de dados da SEFAZ. Caso a ANP já receba o cálculo detalhado dos royalties recolhidos em formato de arquivos eletrônicos, solicitamos que a SEFAZ tenha acesso aos mesmos, ou ainda, que eles sejam enviados também à SEFAZ.
40. Verificação junto às empresas pagadores de Royalties e de PE se elas conseguiriam antecipar os recolhimentos destas participações governamentais. Acreditamos que esses pagamentos poderiam ser efetuados no último dia útil do mês seguinte ao das efetivas operações. Por exemplo, atualmente, as operações ocorridas em janeiro têm seus royalties pagos em março ao passo que, quanto a PE, as operações do primeiro trimestre são pagas em maio, uma vez que os BMP são entregues no mês seguinte.
41. Criar mecanismo que determine que a empresa comunique ao Estado, com antecedência de 1 ano, do valor dos gastos a serem deduzidos da receita bruta de produção nos campos pagadores de PE, para que o Estado possa fazer o seu planejamento orçamentário com o mínimo de segurança.
42. Criar legislação que obrigue a empresa líder do consórcio a apresentar a SEFAZ todos os documentos relacionados ao encerramento de cada fase do campo de produção (exploração, desenvolvimento, produção), como, por exemplo, autorizações da ANP, declaração de comercialidade, plano de desenvolvimento, aprovado pela ANP, para cada campo de produção contido no bloco exploratório e acordos de individualização de produção, todos atualizados, sempre que necessário.
43. Com relação às deduções por gastos decorrentes de transações com sociedades controladas, subsidiárias integrais ou afiliadas, ou com as quais o concessionário tenha alguma relação de dependência, tornar obrigatório, para as empresas participantes do consórcio, a apresentação à SEFAZ da memória de cálculo detalhada dos preços de transferência, utilizando as três metodologias aceitas pela RFB.
44. Estabelecer na legislação que a empresa sediada no Brasil que desenvolva a atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural seja considerada preposto de suas subsidiárias, controladas ou coligadas sediadas no exterior, para fins de intimação em ação fiscal de receitas não tributárias deste Estado e fornecimento de documentos e informações pedidos.
45. Adoção de medidas administrativas voltadas ao aumento da maior eficiência da SEFAZ, na linha das consignadas no processo E-04/037/41/2017.
46. Garantir a lotação mínima adequada para as repartições fiscais, especialmente as especializadas, e criar instrumentos de manutenção e eficiência do pessoal, como critérios adequados de lotação, de remoção e de remuneração adequada para os ocupantes de cargo de chefia, além de critérios para os mesmos. Nesse sentido, visando implementar as mais diversas medidas para consecução de receitas extraordinárias, consideramos que devam ser enfrentados os temas constantes do processo E-04/037/41/2017.
47. Aperfeiçoar o rito administrativo voltado para a comunicação de crimes contra a ordem tributária, com a criação de setor específico voltado para realizar estas. Consideramos inadequada a atual situação em que o AFRE responsável pela lavratura também é o responsável por tal comunicação após o final do trâmite administrativo. Sem prejuízo da inscrição em dívida ativa de eventuais débitos, seria adequado haver um setor específico que fosse responsável por fazer as comunicações ao MP, dotado de Auditores Fiscais com a devida bagagem técnica para garantir a maior qualidade na elaboração das representações fiscais. Nesse sentido, sugerimos que a Especializada de fraudes estruturadas para tal fim. Insta registrar que, em juízo, muitas vezes as empresas tentam perseguir o AFRE que lavrou o auto de infração e também

comunicou o crime, e, por isso, sugerimos a segregação destas atividades.

- Quanto ao ingresso de receitas extraordinárias de ICMS e de RNT, no tocante ao tema decadência, achamos extremamente prudente serem implementados os apontamentos feitos nos Ofício 187/2021 da CPI.
- Visando garantir a eficiência das medidas do novo marco legal, bem como a plena execução das normas que estão sendo criadas para o setor de E&P, recomendamos que não sejam concedidos regimes especiais e outros instrumentos solicitados pelas empresas sem a devida demonstração de necessidade. Normalmente, as empresas usufruem de tais instrumentos sem serem devidamente monitoradas. Detectou-se a existência de uma série de instrumentos que, embora devessem versar exclusivamente sobre obrigações acessórias, acabaram por se tornar lesivos aos cofres fluminenses. Nesse sentido, reforçamos a medida sugerida no processo SEI 040440/037/2020.
- Visando acompanhar a evolução das medidas para ingresso de receitas extraordinárias, principalmente de RNT, consideramos adequada a criação de órgão no TCE. Atualmente há bastante sinergia entre a AFE-15 e a PG-18, muito embora ainda exista carência de pessoal em ambas, consideramos prudente a criação de tal órgão no TCE para auxiliar estes setores no acompanhamento das atividades operacionais, de desempenho e de receitas. Também consideramos oportuno o acompanhamento da evolução do desempenho da ANP, caso esta permaneça com baixo grau de desempenho, consideramos que prudente ser revista atividade de cobrança desta, deslocando-se a atribuição para outro órgão.

## 8. DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, até o final do ano de 2030, consideramos que possam ingressar nos cofres fluminenses receitas extraordinárias da ordem de R\$ 22,325 bilhões de reais. Além destas para o Estado do Rio de Janeiro, crê-se que, até o final de 2030: a União receba cerca de R\$ 20,875 bilhões de reais em receitas extraordinárias de RNT; os municípios fluminenses recebam cerca de R\$ 6,05 bilhões de reais em receitas extraordinárias de RNT e em repasses de ICMS.

Finalmente, destacamos que devam ser realizados esforços para serem implementados os apontamentos citados no tópico “DAS CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS”.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2021.

---

Carlos Eduardo Fortunato  
Auditor Fiscal Chefe da AFE-15

---

Beatriz Guerreiro Ferreira  
Auditor Fiscal SubChefe da AFE-15

---

Leonardo José Fernandes da Silva  
Auditor Fiscal Assessor da AFE-15



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo José Fernandes da Silva, Auditor Fiscal Sub -Chefe da Receita Estadual**, em 25/10/2021, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Guerreiro Ferreira, Auditora Fiscal Chefe da Receita Estadual**, em 25/10/2021, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Fortunato, Auditor Fiscal Chefe**, em 25/10/2021, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **23912642** e o código CRC **C64AC39A**.